

Direcção Editorial: Direcção Científica da Academia Militar- e_mail: dir_cientifica.am@gmail.com

Tiragem Trimestral_Nº1 – Outubro- Dezembro/2016



"Reflexões"

Revista de Divulgação
Científica da
Academia Militar
"Marechal Samora
Machel"



EDUCAÇÃO CÍVICO-PATRIÓTICA NAS INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO MILITAR: uma proposta metodológica

Coronel Pedro Marcelino Maloa (PhD)

maloa050@gmail.com

Academia Militar 'Marechal Samora Machel'

Introdução

A Educação Cívico-patriótica nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) resulta das instruções dadas pelo Presidente da República de Moçambique e comandante-chefe das FADM, no discurso de abertura do XI Conselho Coordenador do Ministério da Defesa Nacional. Na ocasião o Presidente da República realçava a necessidade desta prática nas FADM como forma de desenvolver o sentido de cidadania, ou seja, o sentido de pertença a um Estado e por via desse estatuto jurídico, o gozo de direitos e o cumprimento de deveres extensivos a outros cidadãos desse Estado; e ainda apelava que a educação cívico-patriótica devia, ao mesmo tempo, ligar-se à educação para uma cidadania mais ampla, a cidadania da região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e do mundo que são gerados pelos processos de integração regional e continental e pela globalização.

Dada a importância de que se reveste a Educação Cívico-patriótica nas FADM em contexto de paz e democracia que caracterizam actualmente o nosso país, propomo-nos apresentar uma proposta metodológica da sua realização nas FADM

em geral e, particularmente, nas Instituições de Formação Militar.

Esta proposta é resultado de uma pesquisa bibliográfica no âmbito de elaboração de trabalho de tese de doutoramento em ciências da educação com título "Práticas democráticas na escola - um estudo de caso numa escola secundária no norte de moçambique". Parte-se do princípio de que tanto a educação Cívico-patriótica nas instituições militares de formação quanto a educação em valores democráticos nas escolas ambas tratam sobre educação em valores e que, por essa razão, requerem fundamentalmente as mesmas metodologias e a mesma postura dos educadores e gestores desta duas instituições.

Conceito de Civismo e de patriotismo

Antes de tudo, convém clarificar alguns termos que achamos ser fundamentais para compreender a nossa proposta, trata-se dos termos civismo e patriotismo.

Para o efeito iremos recorrer a visão da Flamengo (2011) que distingue o civismo do patriotismo, apontando o primeiro como algo que consiste em regras mínimas de

comportamento social que nos permite conviver com a colectividade; algo baseado

ao respeito ao próximo, ao meio ambiente e aos objectos públicos; em suma, uma boa educação, urbanidade e cortesia. Dito por outras palavras, o civismo, na óptica da autora, consiste em atitudes e comportamentos que no dia-a-dia manifestam os cidadãos na defesa de certos valores e práticas assumidas como fundamentais para a vida colectiva, visando a preservar a sua harmonia e melhorar o bem-estar de todos.

O patriotismo, ainda na visão da mesma autora, é um pensamento que vincula um ser humano a sua pátria; é um sentimento que alguém tem por sua terra natal ou adoptiva a que se sente ligado por certos valores, cultura, história e afecto; é equivalente ao orgulho que uma pessoa sente por pertencer a uma nação. Fica claro que no patriotismo, diferentemente do civismo, se evoca mais um sentimento que uma maneira de agir, acreditamos porém que os sentimentos, de certa forma, exercem um nível de influência na nossa maneira de agir.

Ambos os valores, estão incluídos no conceito de cultura cívica, e é um sistema de valores, atitudes, conhecimentos e habilidades que levam as pessoas a envolver-se de maneira activa, informada e corresponsável na construção do bem estar

colectivo desde ao nível mais básico até ao nível nacional e internacional. Como se pode depreender pelo acima exposto, o civismo e o patriotismo, não se resumem em saber cantar hino nacional conhecer o significado dos símbolos da nossa bandeira, como comumente é referido por muitos leigos na matéria; na realidade, são valores que definem uma maneira de actuar que permite a convivência democrática, associada ao desenvolvimento colectivo.

A formação cívico-patriótica nas Instituições de Formação Militar

A formação cívico-patriótica do militar, enquanto indivíduo, tem a sua base na família e deve reafirma-se nas instituições educativas e na sociedade em geral, pois a formação da personalidade é uma tarefa conjunta que inclui todas as partes da sociedade.

As Instituição de formação militar possuem um papel mais amplo na tarefa educativa do que aquele que normalmente é desenvolvido na maioria das unidades militares. Considero que para se atingir esses objectivos é necessário promover uma reorganização dos espaços, dos tempos, dos conteúdos e das relações interpessoais hoje existentes dentro dessas instituições.

Assim, pensar na educação cívico-patriótica baseada em valores de patriotismo e de cidadania nos leva a buscar compreender alguns dos diversos factores que interferem neste processo e a buscar formas mais realistas de reorganização do trabalho de ensino e instrução nos leva a almejar uma instituição diferente daquela de que nos habituamos

A educação em valores cívico-patrióticos só terá resultados almejados, se for entendida como tarefa de todos os que directa e indirectamente lidam com os soldados, instruídos e estudantes; isso implica deixar de lado a ideia de que ela deve ser feita com base no ensino de uma disciplina específica denominada.

Educação Cívico_Patriótica que se funda na transmissão doutrinária de conteúdos, nos mesmos moldes de ciências como a matemática, a geografia, a história, a topografia, ou seja, um ensino que culmina com a determinação quantitativa do grau de e assimilação dos conteúdos ministrados, pode não garantir a assimilação valores. De facto, creio que é de comum acordo que o facto de um estudante ou instruindo ter classificações altas na disciplina de Educação

Cívico-patriótica não significa que seja bom nas práticas de convivência sã com outros seus colegas da secção ou pelotão.

Acho ser importante chamar atenção para a necessidade de repensar as metodologias de educação em valores cívico-patrióticos aos nossos soldados, instruídos e estudantes, tendo em conta que os valores não são assimilados por memorização, mas pela vivência no quotidiano dos indivíduos. Isso implica necessariamente rever alguns aspectos no processo de promoção de valores nas nossas instituições de ensino militar.

Apresento, a seguir, alguns desafios que precisam ser enfrentados no quotidiano das Instituições de Formação Militar, visando a superação dos obstáculos à construção de valores cívico-patrióticos e de cidadania entre os membros das FADM.

Conteúdos de formação

Uma das formas da presente proposta é a reorganização dos conteúdos de ensino e de formação, sem abrir mão dos conteúdos curriculares planificados; a tal reorganização consiste na inserção transversal na estrutura curricular de temas como: saúde, ética, meio ambiente, a solidariedade, o respeito, unidade nacional, espírito de corpo. Essa incorporação não se dá por meio de novas disciplinas, mas com novos conteúdos que devem ser trabalhados de maneira interdisciplinar e transversal aos conteúdos curriculares.

Dessa maneira, não se trata de por de lado conteúdos como a matemática, a língua portuguesa, as ciências e as tecnologias, mas tais conteúdos deixam de ser vistos apenas como a "finalidade" da formação e passam a ser encarados como "meio" para se alcançar sua real finalidade: a educação cívico-patriótica em contexto de formação tradicional.

A inclusão de conteúdos que traduzam as necessidades de aprendizagem dos instruídos e estudantes em matéria de valores cívico-patrióticos deve ter reflexo na maneira como tais conteúdos são tratados na sala de aula, nos campos de instrução através de metodologias condizentes com os ideais cidadania e patriotismo. A cidadania e patriotismo não se constroem com base em metodologias de mera transmissão do conhecimento. Para o efeito, Araújo (2000), propõe três tipos de actividades a serem desenvolvidas pelos professores: **actividades**

reflexivas, actividades conceituais práticas e actividades práctico-experimentais.

As **actividades reflexivas** levam o estudante ou instruindo a reflectir sobre aspectos da realidade pessoal, da sua unidade militar e do país, relacionando-os aos conteúdos de formação e pressupõem debates ou discussões para a realização de trabalhos em grupo que incluam análise de filmes e solicitação de trabalhos individuais sobre temáticas socialmente relevantes, bem como técnicas de discussão de dilemas, resolução de conflitos, clarificação de valores.

As **actividades conceituais concretas** consistem na experimentação concreta a partir de situações hipotéticas ou a partir de experiências do seu quotidiano, como é o caso de dramatizações que levam as personagens a se sentirem envolvidas em determinada realidade.

As **actividades práctico-experienciais** consistem em construir o conhecimento e valores a partir da formalização e/ou conceitualização da realidade, como os estudos do meio e as visitas de estudo. Refiro-me, por exemplo à visitas a locais históricos, locais de importância económica e social, museus, e outros.

Estas diferentes actividades não devem ser desenvolvidas de forma fragmentada, mas de forma articulada com os conteúdos; a articulação das actividades reflexivas, das conceituais concretas e das práticas experienciais permite que os conhecimentos e valores tenham maior significado para os instruídos e estudantes fazendo com que as aulas sejam agradáveis e interessantes, e o currículo seja contextualizado em experiências concretas.

Os valores dos membros da comunidade educativa

Parto do princípio de que os valores cívico-patrióticos não são nem ensinados e nem nascem com as pessoas. Eles são construídos na experiência significativa que o sujeito estabelece com o seu meio. Essa construção depende directamente dos valores implícitos nos conteúdos com que o sujeito interage no dia a dia, e da qualidade das relações interpessoais estabelecidas entre o sujeito e a fonte dos valores. No caso específico de IFM, ela depende das relações que se estabelecem entre os estudantes ou instruídos com seus docentes e instrutores, com as chefias militares imediatas e superiores e relações mútuas entre estudantes ou instruídos.

Entendo que as IFM, conscientes de seu papel formativo e instrutivo, não podem trabalhar com qualquer valor. Se almeja a educação em valores cívico- patrióticos, sua responsabilidade encontra-se em propiciar a oportunidade para que seus estudantes ou instruendos interajam reflexivamente sobre valores e virtudes vinculados à justiça, ao altruísmo, ao civismo, ao patriotismo e à cidadania. E quais seriam estes valores a serem trabalhados nas IFM? A premissa que utilizo é a da existência de alguns valores definidos como valores universalmente desejáveis. Vivemos hoje numa cultura que almeja a democracia, ou seja, uma ordem social pautada em valores como a justiça, a

público; estes são os valores basais da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, A. J. (1990). Do endoutramento à Educação dos Valores Democráticos: o Percurso da Socialização Normativa nos Últimos Anos da Escola Portuguesa. Leiria, Escola Superior de Educação.
- Araújo, S. A. (2008). Contributo para educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural. ACIDI: Lisboa.

pp 91-107. [Em linha] Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v26n2/a07v26n2.pdf>. (consultado em 12 de Abril de 2012).

Benevides, M. V. (1996) Educação para a Democracia. [Em linha]. Disponível em: http://www.hottopos.com/notand2/educacao_para_a_democracia.htm. (Consultado em 17/08/2011).

Flamengo, G. (2011). Civismo y patriotismo. [Em linha] disponível em <http://garciaflamengo.wordpress.com/2011/09/07/civismo-y-patriotismo/> (consultado em

igualdade, a equidade e a participação colectiva na vida pública e política de todos os membros da sociedade, respeito ao bem

A ÉTICA DA COMUNICAÇÃO E USO DA LINGUAGEM EM AMBIENTES MILITARES

Coronel José da Conceição Ernesto Langa
Jcelanga@yahoo.com.br
Academia Militar "Marechal Samora Machel"

Introdução

Comunicação é um processo que permite o estabelecimento da relação interpessoal, ou seja, visa proporcionar a troca de idéias, sentimentos e experiências entre vários indivíduos da sociedade através da linguagem (verbal e não verbal).

A ética corresponde às razões filosóficas das decisões de acção, ou seja, é a ciência que estuda as regras de comportamento e a sua fundamentação. A moral indica, assim, as grandes linhas gerais de comportamento do cidadão, reguladas pela sua consciência e pela tendência para a concretização dos objectivos individuais (Nunes, 2004).

Conceitos

Em princípio, a comunicação, sendo um processo onde os indivíduos buscam entendimento através da troca de informações, há que considerar em grande medida os princípios éticos e morais, pois estes reflectem-se na forma como as mensagens são apropriadas e

Araújo, U. F. (2000). Escola, democracia e a construção de personalidades morais. Educação e Pesquisa. Vol. 26, Jul./dez,

compreendidas.

Para construção de um processo comunicativo que almeja a compreensão mútua, quer seja através da linguagem verbal ou não verbal, e que por sua vez se estruture em torno das noções de interesse e de uso reflexivo da própria linguagem, os princípios éticos e morais exercem um papel fundamental.

Num contexto em que predominam os meios de comunicação, a ética da comunicação centra-se em estudos de princípios deontológicos que regem as práticas dos profissionais da comunicação (Esteves, 1998). Ela reflecte-se nos códigos da linguagem que dirigem a acção comunicacional bem como aos modos como as relações intersubjectivas dos parceiros do diálogo são construídas, e mais ainda, ao modo como os indivíduos procuram associar sua liberdade de acção e seus próprios interesses ao respeito pelas identidades e interesses alheios (Marques, 2009). No contexto actual da mídia, a ética da comunicação reflecte à forma de produção, difusão e apropriação crítica das mensagens, nos contextos em que se busca o entendimento recíproco através da linguagem e interesse próprio pela prática discursiva entre os interlocutores.

A ética da comunicação reflecte-se no peso dos interesses e no papel da linguagem, e o discurso

23 de Jun.2014)

(linguagem verbal) é o principal elemento que promove o entendimento mútuo e um acordo provisório entre os interlocutores, que tomam decisões moralmente construídas a partir da avaliação colectiva de questões comuns e interesses particulares.

Na reflexão de Bourdieu (1980), uma comunicação que é desenvolvida à luz dos princípios éticos e morais presume a reiteração de práticas habituais que orientam aos indivíduos à continuidade da sociedade em todas esferas de sua experiência, pois uma vez a comunicação acontece dentro do campo social, ela só encontra validade quando se afirma os princípios éticos do campo no qual ela é proferida.

Para aproximação de interesses particulares e colectivos, a ética e a moral das sociedades devem levar em conta o modo como os sujeitos comunicam entre si, e a teoria da acção comunicativa de Habermas ajuda a pensar como os indivíduos questionam, em uma postura ética, os valores e as bases morais que os vinculam, aliando interesses particulares a interesses colectivos. Para Bourdieu, uma comunicação que se adequa aos princípios éticos e morais leva em conta aquilo que a própria sociedade delimita ou define como sendo "bom", ou seja, a partir de Habitos linguísticos característicos da sociedade.

Entretanto, a característica dinâmica do hábito da sociedade tende a modelar a validade do discurso dos indivíduos, pois estes ao serem formulados para qualquer forma de diálogo, apenas são considerados como válidos se por sua vez dentro dos padrões e definidos pela própria sociedade. Um discurso diacrônico tende a ser "universalmente válido", e o seu acompanhamento às dinâmicas da própria sociedade torna-o um elemento de desafio e não de aceitação.

O desafio, na óptica dos autores, consistiria em conceptualizar situações/condições em que a igualdade seria para todos participantes da prática discursiva. Aliás, a ética do uso da linguagem só é possível quando interlocutores negociam seus objectivos e interesses livremente, fora das delimitações estruturais de campo, porém, dentro de parâmetros pensados por Habermas, Para Habermas, os indivíduos interagem para alcançar o entendimento mútuo. Sendo assim, eles devem estar livres para expressarem as suas opiniões através da acção comunicativa, pois é por esta via que os mesmos podem produzir acordos racionalmente motivados.

Embora o Habermas não inclua acção estratégica nas práticas da acção comunicativa, o mesmo admite a exclusão como um erro, pois constitui parte de processo de produção de justificativas para argumentos dos interlocutores. Aliás, seria desastroso os interlocutores ocultarem suas intenções e se recusarem a justificar as razões que estão por trás de seus interesses.

Para Habermas, a ética do discurso tende a orientar debates através de princípios normativos e procedimentais que tornam os interlocutores igualmente dignos de serem considerados parceiros de diálogo.

Portanto, uma comunicação ética e moralista, principalmente através da linguagem discursiva constitui a forma ideal de abordar questões de interesse colectivo, onde cada participante é autónomo, digno de respeito e capaz de formular e justificar a sua posição.

Habermas (2004) explora de forma mais consistente a questão de interesses colectivos e auto-interesse. Uma das formas de promover a abordagem dos interesses colectivos por via da comunicação, tendo em conta a ética e a moral é através do debate. A incorporação do interesse particular ao debate visa amenizar o interesse colectivo em "conflito", pois gera oportunidades de esclarecimento e de transformação de preferências, e pode ainda revelar as diferenças aparentes que escondem a defesa de uma mesma preocupação com o bem comum, ou seja, ajuda a produzir tanto o Auto entendimento como o entendimento mútuo.

Portanto, sem o equilíbrio entre os pontos de vista ético e moral, há possibilidade da imposição do que é tido como bem comum pelos que detêm maior poder de influência.

No ambiente militar

A minha profissão tem características próprias, rígidas, baseadas no cumprimento escrupuloso das normas estabelecidas, deixando muito pouco campo de manobra para deliberadas iniciativas, falo do sector militar.

Embora a comunicação predominante neste sector seja descendente, baseada em ordens e cumprimento das mesmas, prevalece a interdependência entre a ética, o uso correcto da linguagem, a moral. Esta interdependência permite afirmar com alguma categoria, que a ética antecede e finaliza a moral, pois, no momento da aplicação da lei moral, mesmo usando a linguagem, concretiza-se a ética, uma vez que

age-se em liberdade, por força do conhecimento da lei, e responsabilidade, sempre com algum espaço para o diálogo.

Conclusão

Em virtude dos factos abordados, uma comunicação ética e moral leva em conta tanto os princípios da sociedade, as questões deontológicas e as diversidades dos interlocutores que interagem entre si. Ademais, a ética da comunicação leva em conta a acção dos sujeitos tanto em conformidade com regras que visem a equidade quanto de acordo com procedimentos legitimizados por um determinado sistema de orientação social. Refere-se a troca discursiva para constituição de um espaço onde todos intervenientes podem se expressar através da linguagem/diálogo.

Referências Bibliográficas

- Bourdieu, P. (1980). *Questions de sociologie*. Paris, France: Minuit.
- Esteves, J. P. (1998). *A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas*. Lisboa, Portugal :Fundação Calouste Gulbenkian.
- Habermas, J. (2004). *A inclusão do ouro*. Estudos de Teoria Política. (2ª. Ed.) São Paulo, Brasil: Edições Loyola.
- Marques, A. (2009). *As relações entre a ética, moral e comunicação em três âmbitos da experiência subjectiva*. In logos.
- Nunes, C. B. (2004). *A ética empresarial e os fundos socialmente responsáveis*. (Ed. Vida Económica). Portugal.

RESUMOS DE TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO APLICADA - EDIÇÃO 2016

PERCEPÇÕES DOS CADETES DO 1º ANO E OFICIAIS DO CORPO DE ESTUDANTES SOBRE INDISCIPLINA: CASO ACADEMIA MILITAR

Asp. Paula Bové António

paulaantonio689@gmail.com

Coronel Pedro Marcelino (orientador)

maloao50@gmail.com

RESUMO

A disciplina militar teve sempre uma importância fulcral para o cumprimento integral da missão atribuída aos exércitos. Desde os tempos mais longínquos até à actualidade, a disciplina foi sempre elemento essencial para as vitórias no campo de batalha. No caso da Academia Militar, a disciplina é fundamental para o bom desempenho dos estudantes no Curso de Formação de Oficiais. Este trabalho subordinado ao tema as percepções dos

cadetes do 1º ano e oficiais do Corpo de Estudantes sobre indisciplina tem como

objetivo analisar indisciplina no 1ºano de 2016 segundo a percepção de cadetes e oficiais da Academia Militar Marechal Samora Machel. O estudo de predominância qualitativa, baseou-se em dados colhidos por meio de entrevista semiestruturada à cinco oficiais do Corpo de Estudantes e por inquérito à dez cadetes do 1ºano de 2016. O trabalho desenvolveu-se durante o segundo semestre do ano letivo de 2016. Os resultados mostram que todos participantes concebem a indisciplina relacionando-a com o incumprimento de normas e que são frequentes os três tipos de indisciplina, a passiva, a activa e a confrontativa; apontam como causas da indisciplina as pessoais e organizacionais. Como medidas para reduzir a ocorrência de indisciplina propõem os modelos preventivo e punitivo como sendo o mais adequados. O estudo sugeriu que os oficiais afectos ao Comando do Corpo de Estudantes sejam submetidos a uma

formação em matéria de gestão de indisciplina com prioridade na gestão preventiva de indisciplina.

Palavras chave: indisciplina, indisciplina passiva, indisciplina activa, indisciplina confrontativa, gestão de indisciplina, gestão preventiva.